

---

***Via Brasil MT 320  
Concessionária de  
Rodovias S.A.***  
***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

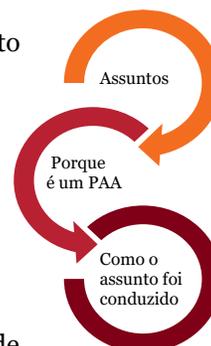
### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.





Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

---

## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

### Redução ao valor recuperável do ativo intangível do contrato de concessão (teste de impairment) - Notas 2.4.3 e 11

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 61.377 mil referente ao valor contábil dos investimentos para a operação da concessão, em conexão com o contrato de concessão, líquido de amortização. O Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável requer que o valor residual contábil dessa categoria de ativos com vida útil econômica definida seja testado para fins de ajuste ao valor recuperável (teste de *impairment*) quando houver indicador de que o valor residual contábil possa não ser recuperável.

Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, em relação as premissas, tais como reajuste tarifário e taxa de desconto que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nas premissas utilizadas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; o teste do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

---

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 28 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
  
Signed By: ADRIANO MACHADO.15671101859  
CPF: 15671101859  
Signing Time: 28 March 2022 | 17:07 BRT

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042584/O-7

# Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT320”, “Concessionária” ou “Companhia”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

## DESTAQUES DE 2021

No ano de 2021 foi concluído o primeiro ciclo de Operação Comercial da Concessionária, que teve início em 29/10/2020. A principal entrega da Concessionária para o período, de acordo com o Programa de Exploração Rodoviário - PER, era a recuperação de 10% do trecho concedido o que corresponde a 18,8 quilômetros de rodovias além da recuperação proporcional dos dispositivos de drenagem, sinalização e segurança rodoviária.

A Companhia cumpriu e superou a meta estabelecida no PER e entregou 22,6km pavimento incluindo, proporcionalmente, os serviços correlatos de drenagem, sinalização e dispositivos de segurança rodoviária.

Também figura como destaque do ano de 2021 a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, rating AA pela Fitch, através da qual ocorreu a captação de R\$ 135.000 para aplicação no projeto.

	Eixos Equivalentes Pagantes	Receita (R\$ mil)	% Veículos Leves (Eixos Equivalentes)	% Veículos Pesados (Eixos Equivalentes)
2019	-	-	-	-
2020	703.361	6.049	44,6%	55,4%
2021	4.773.496	41.409	34,07%	65,93
jan/21	360.605	3.101	37,70%	62,30%
fev/21	388.435	3.341	30,40%	69,60%
mar/21	384.966	3.311	30,50%	69,50%
abr/21	354.711	3.051	33,30%	66,70%
mai/21	396.894	3.413	35,00%	65,00%
jun/21	442.907	3.809	30,20%	69,80%
jul/21	433.359	3.727	33,30%	66,70%
ago/21	440.261	3.786	32,40%	67,60%
set/21	414.661	3.566	33,30%	66,70%
out/21	412.263	3.545	34,30%	65,70%
nov/21	375.906	3.295	35,60%	64,40%
dez/21	368.528	3.464	42,80%	57,20%

Vale ressaltar que a receita da concessão previa a arrecadação de eixos suspensos, não contidos na arrecadação do quadro acima. Esta foi proibida com a publicação pelo Governo Federal publicou a Medida Provisória n. 833/2018, que em 24.08.2018 foi convertida na LEI Nº 13.711/2018, a qual altera o artigo 17 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever a isenção, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas.

A Companhia obteve uma quantidade de 377.205 de eixos equivalentes suspensos desde o início do período de arrecadação totalizando R\$ 3.293 ao longo do ano de 2021.

A Companhia vem, desde a promulgação da referida Lei, tratando com o Poder Concedente, Agência Reguladora e Verificador Independente sobre medidas para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a respeito das perdas decorrentes de Fato do Príncipe, se baseando nos mesmos moldes, na jurisprudência do aditivo já assinado entre Poder Concedente e Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A. em 2021, que restabeleceu o reequilíbrio total do contrato.

## **SETOR DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

### **Presente na modernização da malha rodoviária**

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

## **PERFIL DA COMPANHIA**

A Via Brasil MT 320 foi constituída para exploração da concessão das rodovias MT 320 e MT 208 no estado de Mato Grosso, formada por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços, que se uniram para atuar como operadores de serviços públicos concessionados.

Em fevereiro de 2018, o Consórcio Via Brasil participou de licitação na modalidade leilão realizado na Bolsa de Valores B3 (antiga BM&F) pelo Governo do Estado do Mato Grosso, por meio do Programa de Parcerias com o Setor Privado para Investimentos na Logística do Mato Grosso.

O Consórcio sagrou-se vencedor do trecho de 188 km das Rodovias MT-320 e MT-208, entre os municípios de Nova Santa Helena - MT e Alta Floresta - MT, tornando-se responsável pela conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação comercial da rodovia, de acordo com o contrato de concessão com duração de 30 anos.

A concessão é considerada uma via estratégica para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, em especial na ligação das cidades da região norte com a BR-163, principal rodovia do Estado.

O trecho sob concessão da MT-320 se inicia no município de Nova Santa Helena, no entroncamento com a BR-163, e segue passando pelos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte até a MT-208 em Carlinda. A concessão se estende pela MT-208 de Carlinda até Alta Floresta.

A rodovia, na assunção da concessão, encontrava-se bastante deteriorada, com diversos trechos apresentando defeitos significativos de pavimento, que dificultavam o trânsito. Em decorrência disso, a principal motivação do Poder Concedente para concessão à iniciativa privada foi a recuperação do pavimento e seu programa de manutenção ao longo dos 30 anos, de modo a reduzir os gargalos de escoamento da produção agropecuária e trânsito de moradores das cidades da região norte do Estado.

Além da baixa qualidade do pavimento, as MTs 208 e 320 apresentam falta de acostamentos e dispositivos de segurança, implicando no aumento do risco de acidentes.

A partir da assinatura do Contrato de Concessão em maio de 2019, os principais investimentos iniciais da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER), foram:

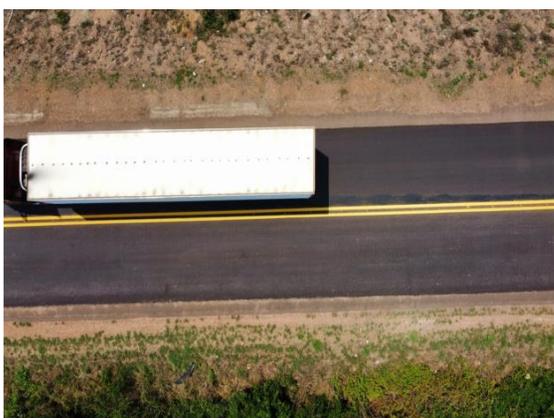
- Imediata recuperação do pavimento e dos dispositivos de segurança (sinalização vertical, sinalização horizontal e conservação da faixa de domínio), como condição para liberação do pedágio; e
- Implantação das praças de pedágio.

Após os investimentos iniciais, concluídos em 2020, o PER definiu prazo de até 8 (oito) anos para recuperação completa dos 188 km de pavimento, com solução definitiva, e incremento das condições operacionais através da execução de acostamentos, trechos de 3ª faixa, interseções, vias marginais e duplicações em segmentos específicos.

Com os investimentos realizados em 2021 foram recuperados 22,6 km de pavimento em trecho compreendido entre os municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte. Considerando os investimentos já realizados e à realizar, a Via Brasil MT 320 vai beneficiar mais de 7.000 veículos que transitam por dia nas rodovias, mais de 100.000 habitantes dos municípios ligados pela rodovia, além de populações de cidades vizinhas que utilizarão a concessão.

São mais de 120 empregos diretos e cerca de 600 empregos indiretos gerados na operação durante os 30 anos de concessão, além de empregos gerados nas fases de investimentos e obras.

A Companhia investiu R\$ 4,291 milhões na recuperação de 22,6 quilômetros do trecho concedido.



Em 2021 entrou em vigor o 2º reajuste contratual da tarifa de pedágio levando a tarifa dos R\$ 8,60 vigentes à época aos atuais R\$ 9,40 que ficarão vigentes até outubro de 2022.

## **CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS**

### **Audidores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2019, 2020 e 2021.

A remuneração dos auditores no exercício de 2021 foi de R\$ 67 pela auditoria da Companhia.

## VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>37.432</b>	<b>5.133</b>	<b>Circulante</b>		<b>9.950</b>	<b>19.151</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.420	2.299	Fornecedores	13	4.268	4.191
Clientes	4	1.944	1.486	Debêntures a pagar	14	3.559	12.916
Créditos tributários	5	351	31	Passivo de Arrendamento	12.2	1.125	1.087
Adiantamentos	6	521	1.101	Salários e encargos sociais a pagar	15	496	286
Outros ativos circulantes	8	196	216	Encargos tributários a pagar	16	384	408
				Impostos e contribuições parcelados	17	118	263
<b>Não circulante</b>		<b>118.347</b>	<b>76.309</b>	<b>Não circulante</b>		<b>132.933</b>	<b>32.408</b>
Títulos e Valores Mobiliários	9	51.381	5	Debêntures a pagar	14	128.101	26.317
Imobilizado	10	562	277	Passivo de Arrendamento	12.2	4.291	5.732
Intangível	11	61.377	69.238	Impostos e contribuições parcelados	17	290	351
Direito de Uso	12.1	5.027	6.789	Partes relacionadas		4	8
				Provisão para contingências	18	247	-
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>12.896</b>	<b>29.883</b>
				Capital social	19.1	45.000	45.000
				Prejuízos acumulados		(32.104)	(15.117)
<b>Total do ativo</b>		<b>155.779</b>	<b>81.442</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>155.779</b>	<b>81.442</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	20	44.810	46.645
Custos dos serviços prestados	21	(41.728)	(47.691)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>3.082</b>	<b>(1.046)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(5.824)</b>	<b>(5.590)</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(5.357)	(4.195)
Despesas comerciais		(38)	(28)
Outras Receitas/Despesas	23	(429)	(1.367)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>(2.742)</b>	<b>(6.636)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24	<b>(14.245)</b>	<b>(4.472)</b>
Despesas financeiras		(16.975)	(4.633)
Receitas financeiras		2.730	161
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(16.987)</b>	<b>(11.108)</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(16.987)</b>	<b>(11.108)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - em reais</b>	28	<b>(0,3775)</b>	<b>(0,2973)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Valores expressos em milhares de reais)**

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(16.987)	(11.108)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>(16.987)</u></b>	<b><u>(11.108)</u></b>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

## VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		14.461	(4.009)	10.452
Integralização de capital	19.1	30.539	-	30.539
Prejuízo do exercício		-	(11.108)	(11.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		45.000	(15.117)	29.883
Prejuízo do exercício		-	(16.987)	(16.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.000	(32.104)	12.896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(16.987)</b>	<b>(11.108)</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização do intangível e direito de uso	16.638	2.260
Juros apropriados sobre fornecedores	378	1.718
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13.869	2.581
Amortização do custo de captação	1.670	223
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	302	68
Juros apropriados sobre parcelamentos	21	38
Provisão para perdas com adiantamentos	183	1.140
Provisão para contingências	247	-
Baixa do intangível e do direito de uso	-	(327)
<b>(Aumento)/redução nos ativos</b>		
Contas à receber	(457)	(1.486)
Demais contas a receber e adiantamentos	598	(977)
Impostos a recuperar	(318)	(32)
<b>Aumento/(redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	(302)	(7.016)
Encargos tributários a pagar	(24)	(69)
Salários e encargos sociais a pagar	209	225
Impostos e contribuições parcelados	(227)	552
Demais contas a pagar	(182)	374
	<u>15.618</u>	<u>(11.836)</u>
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(695)	(68)
Pagamento de juros sobre debêntures	(6.611)	(2.120)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>8.312</b>	<b>(14.024)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.300)	(41.627)
Aquisição de títulos	(51.376)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento</b>	<b>(58.676)</b>	<b>(41.627)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Terceiros</b>		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	135.000	41.000
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.000)	-
Custo de captação	(11.501)	(1.523)
Pagamento do passivo de arrendamentos	(1.010)	(85)
<b>Acionistas</b>		
Integralização de capital	-	14.500
Empréstimos obtido (pago) de partes relacionadas	(4)	3.935
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>82.485</b>	<b>57.827</b>
<b>Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>32.121</b>	<b>2.176</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.299	123
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.420	2.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia ou Concessionária”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de dezembro de 2018, com sede em Cuiabá-MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária dos trechos das rodovias MT 320 e MT 208 com extensão de 188,20 km entre os municípios de Nova Santa Helena e Alta Floresta, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação, objeto do processo de licitação do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SINFRA/MT.

A concessão será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado do Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 6.747. Com a concessão, as rodovias já receberam em investimentos iniciais de R\$ 78.323.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, de colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Com essa segunda emissão, liquidou na totalidade a 1ª emissão.

Em 7 de junho de 2021, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, de colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Com essa terceira emissão, resgatou na totalidade a 2ª emissão. As debêntures foram liquidadas em 22 de julho de 2021.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Covid-19 e a Administração não identificou necessidade de revisão das demonstrações financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

A Companhia identificou impactos reduzidos em função da Covid-19 em sua concessão, especificamente reduções pontuais de tráfego e atraso nas obras dos “Trabalhos Iniciais” por conta da pandemia, com postergação do início do pedágio de maio para outubro de 2020.

##### 1.1. Planos da Administração

A Companhia realizou todos os investimentos, conforme previsão do Contrato de Concessão, para que as rodovias tivessem condições de trafegabilidade e segurança ao final do exercício de 2019 e durante o exercício 2020, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, que se iniciou em 29 de outubro de 2020.

Foram incluídos nos serviços iniciais a implantação de três praças de pedágio e adequação do pavimento para garantir condições trafegabilidade e segurança previstas em edital e normas técnicas. Com a conclusão dos serviços iniciais, a Concessionária foi habilitada a iniciar a cobrança de pedágios.

Com a 3ª emissão das debêntures, a Companhia encerrou seu capital circulante líquido em R\$ 27.482 em 31 de dezembro de 2021, revertendo seu capital circulante negativo do encerramento de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 14.018. Com a 3ª (terceira) emissão de debêntures realizadas em junho de 2021 e com o início da cobrança de pedágios em outubro de 2020 a Companhia conseguiu cumprir com todas as obrigações de curto prazo durante o exercício de 2021.

## **Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021** **(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

#### **1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 7 de março de 2022.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. A declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

### **2.3. Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

### **2.4. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

#### **2.4.1. Reconhecimento da receita**

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

**Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. As despesas com estruturação e acompanhamento de dívida são reconhecidas também como despesa financeira. A administração da Companhia entende que todos os custos que advêm da emissão das dívidas de longo prazo, responsáveis pela sustentação do plano de negócios, são parte do custo de captação, devendo ser tratadas como despesas financeiras.

**Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, no qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

#### 2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Esses instrumentos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado.

#### 2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Intangível:**

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

O intangível registra os custos fixos da outorga da concessão e os investimentos rodoviários vinculados ao Contrato de Concessão. Quanto a outorga variável, que é sobre a receita bruta da arrecadação dos pedágios, a Companhia registra a medida que reconhece a receita, ou seja, apropria diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando a premissa do item 28 do OCPC 05.

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

- **Impairment de ativos financeiros de longo prazo:**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia optou pelo regime de apuração do lucro real para o exercício de 2021, assim como foi para o exercício de 2020.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

**Básico:** Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

**Diluído:** Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.4.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura e dos custos de outorga de concessão, ampliação e reforços como ativo operacional da Companhia.
- b) **Determinação das receitas de construção:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- c) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

#### 2.5. Mudanças em políticas contábeis.

##### 2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

- **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:
  - (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
  - (ii) **Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos"**: prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 31 de dezembro de 2022.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia no encerramento do exercício de 2021.

#### 2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	413	927
Aplicações financeiras de alta liquidez (a)	<u>34.007</u>	<u>1.372</u>
	<u><b>34.420</b></u>	<u><b>2.299</b></u>

(a) As aplicações financeiras, de modalidade de fundo de renda fixa, são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média das aplicações financeiras superam a 100% do CDI, contra 98% do CDI em 31 de dezembro de 2020. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes - Operadoras do Sistema de Arrecadação	1.944	1.486
	<u>1.944</u>	<u>1.486</u>

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos expectativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido.

A Companhia acredita que não terá nenhum impacto relacionado à pandemia da Covid-19 no recebimento das operadoras de serviços, uma vez que está previsto em contrato, que na falta de repasse para a concessionária os serviços serão suspensos.

#### 5. Créditos tributários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF a recuperar de rendimentos de aplicação financeira	351	31
	<u>351</u>	<u>31</u>

#### 6. Adiantamentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conseng Engenharia Ltda	186	179
Vieceli & Furlan Associados Ind. E Com. Ltda	-	183
Consorcio FPMT 320 (a)	1.323	1.140
Sinário Ind de Sinalização Viária Ltda	-	441
Outros fornecedores	335	298
( - ) Provisão para perdas - Consórcio FPMT 320 (b)	(1.323)	(1.140)
	<u>521</u>	<u>1.101</u>

(a) A administração decidiu constituir a provisão para perdas em virtude de estar em litígio extra judicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320, pelo entendimento que este valor deveria ser devolvido a concessionária.

#### 7. Partes relacionadas

##### 7.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa para realizar todos os serviços financeiros e contábeis, além de outros serviços administrativos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 88 em 2020), e totalizou o montante de R\$ 360 de despesas de serviços administrativos durante o exercício de 2021 (R\$ 342 em 2020).

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 7.2. Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2021, totalizaram R\$ 792 (R\$ 309 em 2020).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

#### 7.3. Serviços de controle de operação compartilhados com Via Brasil MT-100.

A Via Brasil MT-320 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-100, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas no mês seguinte. Para o exercício de 2021 foram pagas R\$ 3.748 (R\$ 2.414 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R\$ 429 (R\$ 230 em 2020) à serem reembolsados pela Companhia para a Via Brasil MT 100.

### 8. Outros ativos circulantes

<u>Despesas antecipadas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguro Garantia	196	216
	<u>196</u>	<u>216</u>

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, além do seguro de execução do contrato de concessão e que estão sendo amortizados pelo prazo de um ano com renovações anuais, como está previsto no contrato de concessão.

### 9. Títulos de valores mobiliários

<u>Aplicações financeiras de longo prazo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cotas de Capital em instituição financeira	6	5
Fundos de renda fixa - Conta Reserva Debêntures (a)	51.375	-
	<u>51.381</u>	<u>5</u>

- a) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia dos investimentos durante os exercícios de 2023 a 2026. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 100% do CDI. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, podendo ser movimentada, porém não pode ser utilizado o recurso por conta das debêntures.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Imobilizado

##### 10.1. Composição

Imobilizado	Taxa de Amortização Média	2021			2020
		Custo	Depreciação		Líquido
			acumulada	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	139	(17)	122	128
Máquinas e equipamentos	10%	103	(6)	97	-
Veículos	20%	149	-	149	-
Computadores e periféricos	20%	248	(54)	194	149
		<b>639</b>	<b>(77)</b>	<b>562</b>	<b>277</b>

##### 10.2. Movimentação

Imobilizado	Saldo em 31/12/2020			Saldo em 31/12/2021	
	Adições	Depreciação			
Móveis e utensílios	9	(15)	128	122	
Máquinas e equipamentos	103	(6)	-	97	
Veículos	149	-	-	149	
Computadores e periféricos	80	(35)	149	194	
	<b>341</b>	<b>(56)</b>	<b>277</b>	<b>562</b>	

Imobilizado	Saldo em 31/12/2019			Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Depreciação			
Móveis e utensílios	131	(3)	-	128	
Computadores e periféricos	128	(15)	36	149	
	<b>259</b>	<b>(18)</b>	<b>36</b>	<b>277</b>	

#### 11. Intangível

##### 11.1. Composição

Contrato de Concessão	Taxa de Amortização Média	2021			2020
		Custo	Amortização		Líquido
			Acumulada	Líquido	
Investimento em Rodovias	2,75%	32.853	(1.387)	31.466	31.897
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	35,39%	39.000	(15.291)	23.709	30.959
Outorgas / Outras	2,75%	6.420	(263)	6.157	6.382
Software	20,00%	50	(5)	45	-
Total do Contrato de Concessão		<b>78.323</b>	<b>(16.946)</b>	<b>61.377</b>	<b>69.238</b>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 11.2. Movimentação

	Saldo em			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
Contrato de Concessão - Em andamento				
Investimento em Rodovias	31.897	809	(1.240)	31.466
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	30.959	6.100	(13.350)	23.709
Outorgas / Outras	6.382	-	(225)	6.157
Software	-	50	(5)	45
<b>Total do Contrato de Concessão</b>	<b>69.238</b>	<b>6.959</b>	<b>(14.820)</b>	<b>61.377</b>

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Contrato de Concessão - Em andamento					
Investimento em Rodovias	3.204	28.840	-	(147)	31.897
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	20.372	12.528	-	(1.941)	30.959
Outorgas / Outras	6.747	-	(327)	(38)	6.382
<b>Total do Contrato de Concessão</b>	<b>30.323</b>	<b>41.368</b>	<b>(327)</b>	<b>(2.126)</b>	<b>69.238</b>

#### 11.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos para conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 02 - Alta Floresta, compreendendo os trechos da MT 320 e MT 208 - Extensão 188,20 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos.

#### 11.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. O início da amortização se deu a partir do momento que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

#### 11.5 Serviços de construção

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	6.909	41.119
Custo de construção	(6.909)	(41.119)
	-	-

#### 11.6. Teste de impairment do intangível

Por conta do atraso na finalização das obras que fez com a Companhia apresentasse prejuízo bruto no exercício, a administração elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, além do reajuste tarifário (IPCA), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ponderado de Capital (WACC) de 11,11% a.a. para descontar os fluxos de caixa. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

#### 12. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato de locação do software do sistema comercial das praças de pedágios que se iniciou em outubro de 2020 com prazo de 60 meses. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

##### 12.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Amortização acumulada	Direito de uso líquido	Direito de uso líquido
		Direito de uso - Sistema de Arrecadação	20,00%	6.417	(1.390)
		<u>6.417</u>	<u>(1.390)</u>	<u>5.027</u>	<u>6.789</u>

##### 12.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso

	2021			
	Custo	Amortização do período	Baixas	Total
<b>Custo</b>				
Sistema de Arrecadação de pedágios	6.789	(1.275)	(487)	5.027
	<u>6.789</u>	<u>(1.275)</u>	<u>(487)</u>	<u>5.027</u>
	<b>Adoção Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
<b>Custo</b>				
Sistema de Arrecadação de pedágios	-	6.904	(115)	6.789
	<u>-</u>	<u>6.904</u>	<u>(115)</u>	<u>6.789</u>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 12.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo circulante</b>		
Passivos de arrendamentos	1.706	1.835
( - ) Juros sobre passivos de arrendamentos	(581)	(748)
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.125</b>	<b>1.087</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Passivos de arrendamentos	5.117	7.189
( - ) Juros sobre passivos de arrendamentos	(826)	(1.457)
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.291</b>	<b>5.732</b>
<b>Total de passivo de arrendamentos</b>	<b>5.416</b>	<b>6.819</b>

#### 12.2.1 Movimentação

	Saldo em 31/12/2020	Juros e Ajuste a valor presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos dos juros	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Sistema de Arrecadação de pedágios	6.819	642	(922)	(642)	(481)	5.416
	6.819	642	(922)	(642)	(481)	5.416

	Saldo em 01/01/2020	Novos Contratos	Juros e Ajuste a valor presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos dos juros	Saldo em 31/12/2020
Sistema de Arrecadação de pedágios	-	6.904	68	(85)	(68)	6.819
	-	6.904	68	(85)	(68)	6.819

### 13. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionado a fornecedores, está dividido em contratos de obras de concessão na execução de obras que foram realizados referente aos trabalhos iniciais, e outros fornecedores de serviços.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fornecedores - Contratos a realizar (*)</b>		
MT Sul Construções Ltda	2.361	2.361
	<b>2.361</b>	<b>2.361</b>
<b>Fornecedores</b>		
Sinário Ind de Sinalização Viária Ltda	-	517
Via Brasil MT 100	429	230
Conseng Engenharia Ltda	148	185
SINFRA - Secretaria de infraestrutura do Mato Grosso	347	-
AGER - Agencia Estadual de Regulação de Serviços	282	-
Outros fornecedores	701	898
	<b>1.907</b>	<b>1.830</b>
	<b>4.268</b>	<b>4.191</b>

(\*) A Companhia mantém um litígio com o fornecedor, o qual acredita que será finalizado durante o exercício de 2022.

#### 14. Debêntures a pagar

##### 14.1 Composição

	Venciment o final	Taxa efetiva anual	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures - 2ª emissão	abr/24	8,15%	-	-	12.916	26.317
Debêntures - 3ª emissão	dez/36	6,2% + IPCA	3.559	128.101	-	-
			<b>3.559</b>	<b>128.101</b>	<b>12.916</b>	<b>26.317</b>

##### 14.2 Movimentação das debêntures

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>39.233</b>
Captações	135.000
(-) Pagamento do principal	(40.000)
(-) Pagamento dos Juros	(6.611)
Provisão de Juros	13.869
<b>Saldo da dívida sem custo de captação em 31/12/2021</b>	<b>141.491</b>
Custo Captação (b)	(11.501)
(+) Amortização do custo captação (b)	1.670
<b>Saldo da dívida deduzido custo de captação em 31/12/2021</b>	<b>131.660</b>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>11.072</b>
Captações	41.000
(-) Pagamento dos Juros	(2.120)
Provisão de Juros	2.581
( - ) Cessão fiduciária de valores mobiliários (a)	(12.000)
<b>Saldo da dívida bruta em 31/12/2020</b>	<b>40.533</b>
Custo Captação (b)	(1.523)
(+) Amortização do custo captação (b)	223
<b>Saldo da dívida líquida em 31/12/2020</b>	<b>39.233</b>

(a) O valor refere-se à aquisição das debêntures de 1ª emissão pelos os acionistas na proporção de sua participação societária, com o posterior cancelamento da mesma, com a finalidade de integralização de capital social, conforme instrumento particular de compra e venda.

(b) O custo de captação refere-se as despesas antecipadas incorridas na emissão das debêntures que será amortizada durante o período de liquidação da dívida, conforme CPC 08 (R1).

#### 14.3 Vencimento das parcelas das debêntures (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	12.916
2022	3.559	12.916
2023	5.190	12.916
2024	6.131	1.785
2025	6.131	-
Após 2025	110.649	-
<b>Total</b>	<b>131.660</b>	<b>40.533</b>

#### 14.4 Segunda emissão de debêntures

Em 22 de abril de 2020, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios iniciais de 100% da DI mais 5,00%, sendo acrescidos semestralmente em 0,50%, com vigência de 4 (quatro) anos, e seriam amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 25 de abril de 2024, onde poderia ser pré-quitada com financiamento de longo prazo. Esta segunda emissão foi resgatada em 22 de julho de 2022 com a liquidação da 3ª emissão de debêntures.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14.5 Terceira emissão de debêntures

Em 7 de junho de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios de 6,20%, sendo atualizados mensalmente pelo IPCA, com vigência de 15 (quinze) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 15 de dezembro de 2036, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

#### 14.6 Garantias

As debêntures foram emitidas com garantia real com garantia adicional fidejussória dos tipos: Alienação Fiduciária de ações, Fidejussória, Cessão Fiduciária de recebíveis e Cessão Fiduciária de contas.

#### 14.7 Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Há *covenants* financeiros de descumprimento, pela Emissora de índices financeiros, os quais serão apurados anualmente, a partir do exercício de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo: não atingimento da Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) nas seguintes hipóteses: (a) em qualquer medição, se inferior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos), ou (b) em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas o ICSD seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) e inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

#### 15. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos sociais	268	220
Férias e encargos sociais	225	65
Outros valores a pagar de pessoal	3	1
	<b>496</b>	<b>286</b>

#### 16. Encargos tributários a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a Recolher	104	90
PIS a Recolher	23	20
ISS a Recolher	173	151
IRRF s/Serv. Terceiros a Recolher	4	9
PIS/COFINS/CSLL Retido na Fonte	11	28
ISS Retido na Fonte	35	60
INSS Retido na Fonte	34	50
	<b>384</b>	<b>408</b>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Impostos e contribuições parcelados

Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de INSS	30	10
Parcelamento de ISS	-	170
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	74	70
Parcelamento de impostos retidos	14	13
	<b>118</b>	<b>263</b>
Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de INSS	42	31
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	215	276
Parcelamento de impostos retidos	33	44
	<b>290</b>	<b>351</b>

#### 18. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza cível e trabalhista, e nenhuma de natureza tributária.

##### 18.1. Processos com probabilidade de perda provável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas provisões de perda provável no valor de R\$ 247, sendo apenas as ações de natureza cível. A Companhia não possui processos de probabilidade de perdas prováveis de natureza trabalhista e tributária.

##### 18.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 48 (2020 - R\$ 0) apenas em processos trabalhista e nenhum outro processo com probabilidade de perda possível de natureza civil e tributária.

#### 19. Patrimônio Líquido

##### 19.1. Capital social

O capital social inicial subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de 45.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 45.000. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Número de ações	%	Capital Integralizado	Número de ações	%	Capital Integralizado
Conasa Infraestrutura S.A.	23.400.000	52,00%	23.400.000	18.000.000	40,00%	18.000.000
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	11.700.000	26,00%	11.700.000	11.700.000	26,00%	11.700.000
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	-	0,00%	-	5.559.000	12,35%	5.670.000
Construtora Rocha Cavalcante	5.512.500	12,25%	5.512.500	5.466.250	12,15%	5.512.500
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	2.362.500	5,25%	2.362.500	3.056.250	6,79%	2.362.500
M4 Investimentos e Participações Ltda	1.125.000	2,50%	900.000	755.000	1,68%	1.125.000
Construtora Ibérica Ltda	900.000	2,00%	1.125.000	463.500	1,03%	630.000
	<b>45.000.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.000.000</b>	<b>45.000.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>45.000.000</b>

Em 22 de maio de 2021, a acionista líder da Companhia, Conasa Infraestrutura S.A. firmou memorando de entendimento para incorporação da participação da outra acionista Zetta Infraestrutura S.A., adquirindo seu percentual na totalidade. Todo o processo de aquisição das ações se concluiu em 16 dezembro de 2021, e a partir desta data a Conasa Infraestrutura S.A passou a ser a controladora da Companhia.

#### 20. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de arrecadação de Pedágio (a)	41.490	6.049
Receita de Construção (b)	6.909	41.119
Impostos e contribuições sobre receita	(3.589)	(523)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>44.810</b>	<b>46.645</b>

- (a) As receitas de pedágio se iniciaram em 29 de outubro de 2020 e estão distribuídas em 3 (três) praças de pedágios, com tarifa básica de R\$ 8,60 por eixo equivalente.

O valor da tarifa foi reajustado em outubro de 2021 pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2021, a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos).

- (b) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

#### 21. Custos dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
Custos com materiais e insumos na operação	(2.515)	(533)
Mão de obra na operação	(4.111)	(535)
Custos com serviços de terceiros na operação	(11.867)	(3.244)
Amortização do Intangível e direito de uso	(16.326)	(2.260)
Custos de construção	(6.909)	(41.119)
	<b>(41.728)</b>	<b>(47.691)</b>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com centro administrativo	(4.106)	(2.792)
Honorários de auditoria e consultoria	(821)	(332)
Viagens, estadias e refeições	(64)	(93)
Depreciação e amortização	(55)	(17)
Impostos, taxas e contribuições	(200)	(880)
Outras despesas administrativas	(111)	(81)
	<u>(5.357)</u>	<u>(4.195)</u>

#### 23. Outras receitas (despesas)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Multas sobre atraso de tributos	(11)	(227)
Provisão para perdas com adiantamentos (a)	(183)	(1.140)
Provisão para contingências	(247)	-
Outras despesas operacionais	(1)	(1)
	<u>(442)</u>	<u>(1.368)</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Outras receitas operacionais	13	1
	<u>13</u>	<u>1</u>
<b>Total líquido</b>	<u>(429)</u>	<u>(1.367)</u>

(a) Em 2020, refere-se à constituição da provisão para perdas em virtude de a Companhia estar em litígio extrajudicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320 pela não realização dos trabalhos em sua totalidade.

#### 24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre atualização de debêntures	(13.869)	(2.599)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(378)	(1.718)
Juros sobre parcelamentos	(21)	(38)
Juros sobre arrendamento mercantil	(477)	(68)
Tarifas e despesas bancárias	(106)	(24)
Custo de captação sobre empréstimos	(1.670)	-
Custo financeiro de estruturação de dívida	(454)	-
Outras despesas financeiras	-	(186)
	<u>(16.975)</u>	<u>(4.633)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicação financeira	2.648	142
Descontos obtidos	66	-
Outras receitas financeiras	16	19
	<u>2.730</u>	<u>161</u>

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 40.024 (R\$ 13.880 em 31 de dezembro de 2020), que resultariam em um saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 10.006 e R\$ 3.608, respectivamente (R\$ 3.470 e R\$ 1.249 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A administração avaliou suas projeções de lucros tributáveis futuros e pretende reconhecer este ativo dentro dos próximos exercícios, a partir do momento que for provável que a Companhia irá iniciar a geração de lucros tributáveis, a fim de utilizá-los para compensação destes tributos com lucros futuros.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores.

#### 26. Instrumentos financeiros

##### 26.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

##### 26.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Mesmo levando em consideração o atual cenário da COVID-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do exercício, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

Categoria	31/12/2021	31/12/2020	
	Valor contábil	Valor contábil	
<b>Ativo financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	34.420	2.299
Contas a receber	Custo amortizado	1.944	1.486
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	51.381	-
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	4.268	4.191
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	5.416	6.819
Debêntures a pagar	Custo amortizado	131.660	39.233

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 26.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 27. Risco de mercado

- (a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando o cenário provável e dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

Transações	Risco	Saldo em 28/02/2022	Cenário Provável	Projeção de mercado	
				Cenário I	Cenário II
<b>Ativo financeiro</b>					
Caixa e Equivalentes de caixa	Redução CDI	34.420	37.883	43.025	51.630
Contas a Receber	Redução CDI	1.944	2.140	2.430	2.916
Títulos de valores mobiliários	Redução CDI	51.381	56.550	64.226	77.072
<b>Passivo financeiro</b>					
Debêntures a pagar	Aumento do IPCA	131.660	144.905	164.575	197
Passivo de Arrendamentos	Aumento do IPCA	57.654	63.454	72.068	86.481
<b>Exposição líquida</b>		<b>(85.612)</b>	<b>(94.225)</b>	<b>(107.015)</b>	<b>(128.418)</b>
<b>Efeito líquido - Perda</b>			<b>(8.613)</b>	<b>(21.403)</b>	<b>(42.806)</b>

- (b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.
- (c) **Risco de crédito:** A Companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.
- (d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (e) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2021	31/12/2020
A - Total de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	137.076	46.052
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	34.420	2.399
C - (-) Títulos de valores mobiliários	51.381	5
D = (A - B - C) - Dívida líquida	51.275	43.648
E = Total do patrimônio líquido	12.941	29.860
F = (D + E) - Capital total	64.216	73.508
D/F = Índice de alavancagem financeira	79,8%	59,4%

#### 28. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(16.987)	(11.108)
Média ponderada de ações em circulação	45.000.000	37.365.250
<b>Resultado por ações - básico - R\$</b>	<b>(0,3775)</b>	<b>(0,2973)</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Quantidade de ações</b>	<b>Avos</b>	<b>Avos</b>
14.461.000	0	03/12
45.000.000	12	09/12
Média ponderada de ações	45.000.000	37.365.250
<b>Prejuízo básico por ações (em reais)</b>	<b>(0,3775)</b>	<b>(0,2973)</b>

**Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 29. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2020 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados - SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto às seguintes companhias seguradoras: (i) Junto Seguros pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Sompo Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil, e estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

##### 29.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 320, ou até o limite equivalente a R\$ 37.767.043,90 (trinta e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), com início em 04/06/2021 e término em 20/08/2022.

##### 29.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos”

O valor da apólice do seguro de Responsabilidade civil, é no valor total de R\$ 75.820.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil reais) com início em 12/04/2021 e término em 20/08/2022.

#### **RISCOS DE ENGENHARIA**

Cobertura básica	75.820
Despesas extraordinárias	15.000
Despesas de desentulho	15.000
Tumultos	15.000
Erros de projetos para obras civis	75.820
Danos físicos a outra propriedade	1.000
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	3.750
Salvamento e contenção de sinistros	53.040

#### **RESPONDABILIDADE CIVIL**

Responsabilidade civil para empresas concessionárias	5.000
Responsabilidade civil de rodovias, pontes e túneis	5.000
Responsabilidade civil pelo empregador	5.000
Erros de projetos	5.000
Poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos	5.000
Danos causados por fundações ou serviços correlatos	5.000

## Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 29.3. Riscos operacionais

O valor da apólice dos riscos operacionais, é no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e de lucros cessantes de R\$ 5.547, com início em 04/06/2021 e término em 20/08/2022.

<b>RISCOS OPERACIONAIS</b>	
Cobertura básica - Danos materiais	10.000
Lucros cessantes (perda da receita)	5.547
Pequenas obras civis em construção e montagem	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Roubo de bens (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval	1.000
Vidros, espelhos, mármore e granitos	1.000
Alagamento e inundação	1.000
Erros e omissões	1.000
Despesas de contenção de sinistros	1.000
Roubo de valores para rodovias (exclusivo cabines)	18
Recuperação de encostas e taludes	500

### 30. Compromissos vinculados ao contrato de concessão (não auditado)

A Companhia investiu R\$ 78.323 até 2021, sendo R\$ 6.420 de outorga e despesas pré-operacionais e R\$ 71.903 em recuperação do pavimento, implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Os compromissos de investimento projetados para 2022 a 2048 são de R\$ 132.960, sendo R\$ 121.354 de investimentos em infraestrutura e R\$ 11.606 em máquinas, equipamentos e veículos.

**João Garcia Couri Neto**

Diretor Presidente e Administrativo/Financeiro

**Augusto Leonardo Schein**

Diretor de Engenharia e Operações

**Isaac do Nascimento**

Contador CRC-PRO43806/0-1

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: CF32AEF2EA29444089D9F57110D26295	Status: Completed
Subject: Please DocuSign: VIABRASILMT320CONCROD21.DEZ.pdf	
Source Envelope:	
Document Pages: 39	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Ricardo Silva
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	ricardo.silva@pwc.com
	IP Address: 201.56.164.188

**Record Tracking**

Status: Original 28 March 2022   17:00	Holder: Ricardo Silva ricardo.silva@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 March 2022   17:07	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

**Signer Events**

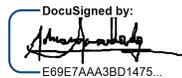
Adriano Machado  
a.machado@pwc.com  
PwC BR  
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5

**Electronic Record and Signature Disclosure:**  
Not Offered via DocuSign

**Signature**



Signature Adoption: Drawn on Device  
Using IP Address: 201.56.5.228

**Timestamp**

Sent: 28 March 2022 | 17:02  
Viewed: 28 March 2022 | 17:07  
Signed: 28 March 2022 | 17:07

**In Person Signer Events**      **Signature**      **Timestamp**

**Editor Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Agent Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Intermediary Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Certified Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Carbon Copy Events**      **Status**      **Timestamp**

Ricardo Silva ricardo.silva@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	<b>COPIED</b>	Sent: 28 March 2022   17:07 Viewed: 28 March 2022   17:07 Signed: 28 March 2022   17:07
<b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via DocuSign		

**Witness Events**      **Signature**      **Timestamp**

**Notary Events**      **Signature**      **Timestamp**

**Envelope Summary Events**      **Status**      **Timestamps**

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2022   17:02
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2022   17:07
Signing Complete	Security Checked	28 March 2022   17:07
Completed	Security Checked	28 March 2022   17:07

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------